

# SUMÁRIO

Índice de perguntas .....	39
» <b>Capítulo I – TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS</b> .....	<b>49</b>
1 Conceito e base teórica de direitos humanos .....	50
2 Direitos humanos e garantias constitucionais fundamentais: convergências e divergências conceituais .....	51
3 Vertentes de proteção dos direitos humanos e relações entre elas: conceitos básicos de direito internacional .....	53
3.1 Direitos humanos e as subvertentes do direito de minorias e do direito internacional penal .....	55
3.2 Direito humanitário .....	56
3.2.1 Direito de Genebra .....	58
3.2.2 Direito de Haia .....	64
3.2.3 Direito de Nova York .....	65
3.3 Direito dos refugiados .....	66
4 Características dos direitos humanos .....	69
4.1 Historicidade .....	70
4.2 Mobilidade e dinamismo .....	71
4.3 Universalidade .....	72
4.4 Generalidade .....	74
4.5 Inalienabilidade .....	74
4.6 Imprescritibilidade .....	75
4.7 Irrenunciabilidade .....	75
4.8 Inviolabilidade .....	76
4.9 Indivisibilidade .....	77
4.10 Complementaridade .....	77
4.11 Interdependência ou inter-relação .....	77
4.12 Inexauribilidade .....	78
4.13 Essencialidade .....	79

4.14	Efetividade .....	79
4.15	Relatividade .....	79
4.15.1	Universalidade dos direitos humanos e relativismo cultural (relatividade em sentido amplo) .....	79
4.15.2	Limitabilidade de direitos humanos (relatividade em sentido estrito) .....	82
4.15.2.1	Resolução de conflitos ante a colisão de direitos fundamentais .....	83
4.15.2.1.1	Reserva legal simples .....	83
4.15.2.1.2	Reserva legal qualificada .....	83
4.15.2.1.3	Limites dos limites .....	83
4.15.2.1.4	Proteção do núcleo essencial dos direitos humanos .....	83
4.15.2.1.5	Proporcionalidade .....	84
4.15.2.1.6	Proibição de restrições casuísticas .....	84
4.15.2.2	Limitação de direitos humanos pela relação direitos-deveres .....	84
5	A estrutura normativa do sistema internacional e do sistema regional de proteção aos direitos humanos .....	88
6	Condições para suspensão de direitos e direitos inderrogáveis .....	89
7	Interpretação dos tratados internacionais de direitos humanos .....	91
7.1	Normativa cogente ( <i>jus cogens</i> ) e normativa não cogente ( <i>soft law</i> ) .....	92
7.2	Vedação à interpretação deturpada .....	94
7.3	Repercussões interpretativas do monismo e do dualismo do direito internacional .....	96
7.4	O critério <i>pro homine</i> ou da primazia da norma mais favorável .....	97
7.5	Teoria da margem de apreciação .....	98
8	A incorporação dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ao Direito brasileiro .....	100
8.1	O processo de incorporação de tratados internacionais pelo ordenamento jurídico brasileiro .....	101
8.2	Valor do tratado de direitos humanos na Constituição Federal: princípio da primazia dos direitos humanos .....	101
8.3	A posição hierárquica dos tratados internacionais de direitos humanos em face do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal: hierarquia supralegal .....	102
8.4	Tratados “equivalentes a emendas constitucionais” .....	103
8.5	Análise da aplicação do critério da supralegalidade perante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quanto ao princípio do duplo grau de jurisdição .....	104
8.6	Análise da aplicabilidade do art. 5º, § 3º, CF (2005-2018) .....	108
8.7	Controle de convencionalidade .....	113
8.7.1	Primeira casuística: a suposta inconvenção da “Lei da Anistia” .....	116

8.7.2	Segunda casuística: a suposta inconvenção do crime de desacato .....	120
9	Classificação constitucional dos direitos humanos .....	122
10	Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos .....	123
10.1	Teoria da ineficácia horizontal (ou doutrina da <i>State Action</i> ) .....	124
10.2	Teoria da eficácia horizontal indireta .....	125
10.3	Teoria da eficácia horizontal direta .....	126
11	O neoconstitucionalismo, a nova fase positivista e o Estado Democrático de Direito .....	127
12	Teorias doutrinárias de classificação de direitos humanos .....	130
12.1	Classificação com base na teoria dos “ <i>status</i> ” de Jellinek .....	130
12.1.1	Direitos de defesa .....	130
12.1.2	Direitos prestacionais .....	131
12.1.3	Direitos de participação .....	131
12.2	Classificação do Caso Lüth: direitos objetivos e subjetivos .....	131
13	Fundamentos de direitos humanos .....	133
13.1	Fundamento da dignidade da pessoa humana .....	134
13.1.1	Previsão no sistema de proteção de direitos humanos .....	134
13.1.2	Conceito e desdobramentos .....	135
13.1.3	Base para a nova hermenêutica constitucional .....	136
13.1.4	Fundamentos associados .....	137
13.2	Fundamento da democracia .....	138
13.2.1	Previsão no sistema de proteção de direitos humanos .....	138
13.2.2	Conceito e desdobramentos .....	140
13.2.3	Regime de governo e forma de governo .....	141
13.2.4	Democracia, cidadania e justiça participativa .....	141
13.3	Fundamento da razoabilidade-proporcionalidade .....	143
13.3.1	Nova hermenêutica constitucional e caráter instrumental .....	143
13.3.2	Aproximações conceituais .....	144
13.3.3	Distanciamentos conceituais .....	146
13.4	Fundamento da interdependência: a teoria das “gerações” ou “dimensões” de direitos .....	147
13.4.1	Fundamento da liberdade: primeira dimensão .....	149
13.4.2	Fundamento da igualdade: segunda dimensão .....	152
13.4.3	Fundamento da fraternidade: terceira dimensão .....	154
13.4.4	Fundamento do aperfeiçoamento: teorias sobre outras dimensões de direitos humanos .....	156
14	Sinopse do capítulo .....	157
» <b>Capítulo II – OS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS</b> .....		
1	Doutrina do direito natural: pensamento grego, romano e cristianista .....	172

1.1	Antígona e a primeira menção à lei natural .....	172
1.2	Discussão filosófica na <i>polis</i> grega .....	174
1.3	Discussão filosófica na jovem república romana .....	176
1.4	Discussão filosófica na Idade Média .....	178
2	Carta Magna de João Sem Terra de 1215 e a ascensão do absolutismo europeu .....	180
3	Renascimento e Iluminismo: reflexos do antropocentrismo nas premissas do direito natural .....	181
3.1	Renascimento e o agigantamento do absolutismo .....	182
3.2	Iluminismo e a quebra do conceito absoluto de soberano .....	184
3.3	Revolução Gloriosa e documentos interligados .....	186
3.3.1	Petition of Rights de 1628 .....	188
3.3.2	<i>Habeas Corpus Act</i> de 1679 .....	188
3.3.3	<i>Bill of Rights</i> de 1689 .....	188
3.3.4	<i>Act of Settlement</i> de 1701 .....	189
3.4	Revoluções Francesa e Americana: promulgação de novas Constituições .....	189
3.5	Revolução Industrial: primeiras Constituições a mencionarem direitos sociais .....	193
4	O sistema internacional de proteção aos direitos humanos: os precedentes históricos do processo de internacionalização e universalização dos direitos humanos .....	195
4.1	Direito humanitário e a fundação da Cruz Vermelha .....	195
4.2	Tratado de Versalhes .....	196
4.2.1	Liga das Nações .....	197
4.2.2	Organização Internacional do Trabalho .....	199
5	Doutrina do direito positivo: ascensão dos regimes totalitários .....	200
6	Doutrina dos direitos humanos: reflexos do pós-guerra .....	204
6.1	Organização das Nações Unidas .....	210
6.2	Tribunal de Nuremberg .....	212
6.3	Declaração Universal de 1948 e documentos decorrentes: valor normativo da Declaração Universal dos Direitos Humanos .....	213
7	Regionalização de direitos humanos .....	216
8	Direitos humanos na Constituição Federal de 1988: institucionalização dos direitos e garantias fundamentais .....	217
9	Sinopse do capítulo .....	219
» <b>Capítulo III – DIREITOS HUMANOS EM ESPÉCIE: ESTUDO SISTÊMICO A PARTIR DAS DECLARAÇÕES E TRATADOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS</b> .....		<b>229</b>
1	Primeira espécie de direitos humanos: direitos civis e políticos .....	230
1.1	Direito à vida .....	231

1.1.1	Pena de morte: restrições no sistema internacional e no sistema interamericano .....	234
1.1.2	Genocídio .....	239
1.1.3	Eutanásia .....	240
1.1.4	Direito ao nascimento com vida .....	242
1.1.5	Integridade física, psíquica e moral e vedação à experimentação humana .....	245
1.1.6	Vedação à tortura .....	246
1.1.7	Subsistência com dignidade .....	253
1.2	Direito à liberdade .....	254
1.2.1	Liberdade de pensamento .....	256
1.2.2	Liberdade de expressão .....	258
1.2.3	Liberdade de informação .....	265
1.2.4	Direitos comunicativos .....	269
1.2.5	Desaparecimento forçado .....	271
1.2.6	Liberdade de religião .....	279
1.2.7	Liberdade de associação e de reunião .....	285
1.2.8	Liberdade de trabalho .....	289
1.2.9	Tráfico internacional de pessoas .....	294
1.2.10	Liberdade de locomoção e de residência .....	296
1.3	Direito à igualdade: direitos humanos das minorias e grupos vulneráveis – discriminação e ações afirmativas .....	298
1.3.1	Proteção das mulheres .....	305
1.3.2	Proteção das crianças .....	314
1.3.3	Proteção das pessoas com deficiência .....	327
1.3.4	Proteção dos idosos .....	335
1.3.5	Proteção dos indígenas .....	339
1.3.6	Proteção da diversidade sexual .....	346
1.3.7	Vedação da discriminação e do preconceito racial e étnico .....	351
1.3.8	População em situação de rua .....	363
1.4	Direito à segurança .....	365
1.5	Direito à propriedade .....	367
1.6	Direito à propriedade intelectual .....	371
1.7	Direito à privacidade .....	374
1.8	Direitos da personalidade .....	380
1.8.1	Proteção da personalidade jurídica .....	380
1.8.2	Bens jurídicos protegidos: honra, imagem e nome .....	382
1.8.3	Direito de resposta e outros meios de proteção .....	384
1.9	Direitos de acesso à justiça .....	386
1.10	Direitos humanos penais: Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos .....	392

1.10.1	Vedação da prisão arbitrária .....	395
1.10.2	Indenização por erro judicial .....	397
1.10.3	Excepcionalidade da prisão provisória .....	399
1.10.4	Legalidade em sentido estrito e irretroatividade da lei penal ...	401
1.10.5	Presunção de inocência .....	403
1.10.6	Não produção de provas contra si mesmo .....	407
1.10.7	Individualização da pena .....	407
1.10.8	Personalidade da pena .....	409
1.10.9	Vedação do tribunal de exceção/audiência justa e imparcial ....	409
1.10.10	Contraditório e ampla defesa .....	411
1.10.11	Recurso a juiz ou tribunal competente .....	413
1.10.12	Revisão da sentença transitada em julgado apenas a favor do réu .....	415
1.10.13	Tratamento especial de determinados detidos .....	415
1.10.14	Tratamento especial de mulheres reclusas: Regras para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras .....	417
1.10.15	Tratamento especial de menores infratores: Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça de menores ....	419
1.10.16	Tratamento digno quando da restrição da liberdade .....	421
1.10.17	Medidas alternativas à privação de liberdade: Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade .....	428
1.11	Audiência de custódia .....	429
1.12	Prisão civil do devedor de alimentos .....	434
1.13	Direitos de nacionalidade .....	436
1.13.1	Direito ao asilo e proteção dos refugiados: proteção dos direitos tipicamente <i>humanos</i> às questões envolvendo nacionalidade .....	438
1.13.2	Brasileiros e não brasileiros após a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017): proteção do direito <i>constitucional</i> às questões envolvendo nacionalidade .....	448
1.13.2.1	Espécies de nacionalidade .....	450
1.13.2.2	Polipátrida e apátrida .....	450
1.13.2.3	Modos de aquisição da nacionalidade (considerando a nacionalidade originária) .....	451
1.13.2.4	Brasileiros natos .....	451
1.13.2.5	Brasileiros naturalizados .....	456
1.13.2.6	“Quase nacionalidade” (portugueses equiparados) ...	459
1.13.2.7	Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados ....	460
1.13.2.8	Perda da nacionalidade .....	461
1.13.2.9	Extradição .....	463
1.13.2.10	Deportação .....	468

1.13.2.11	Expulsão .....	469
1.14	Direitos políticos: fundamentos da autodeterminação dos povos e da garantia do sistema democrático .....	469
1.14.1	Direito à autodeterminação dos povos: artigo 1º comum aos dois Pactos Internacionais da ONU de 1966 e convergência com o artigo 1º, itens 2 e 3, da Carta da ONU .....	471
1.14.2	Direito à democracia .....	474
1.14.3	Direito ao acesso a cargos públicos .....	479
2	Segunda espécie de direitos humanos: direitos econômicos, sociais e culturais .....	481
2.1	Diferenças entre direitos civis e políticos e obrigações decorrentes da garantia de direitos econômicos, sociais e culturais: princípios da progressão e do constante aperfeiçoamento .....	481
2.2	Importância da igualdade material .....	486
2.3	Direito à educação .....	487
2.4	Direito à cultura .....	493
2.5	Direito à saúde .....	496
2.6	Direito à alimentação, ao vestuário e à moradia .....	502
2.7	Direito ao lazer .....	504
2.8	Direito à segurança .....	505
2.8.1	Noções gerais .....	505
2.8.2	Polícia, direitos humanos e cidadania .....	507
2.8.3	Uso da força e das armas de fogo: vedação ao abuso de autoridade .....	511
2.8.4	Combate ao crime organizado transnacional e ao tráfico de armas .....	516
2.9	Direito à família .....	519
2.10	Direito à proteção da maternidade e da infância .....	522
2.11	Direito ao trabalho .....	523
2.11.1	Liberdade de escolha .....	524
2.11.2	Condições justas e favoráveis .....	526
2.11.3	Igual e suficiente remuneração .....	528
2.11.4	Férias e limitação do horário de trabalho .....	530
2.11.5	Saúde e segurança no trabalho .....	531
2.11.6	Liberdade de reunião e de associação .....	532
2.12	Direito à assistência e à previdência sociais .....	535
3	Terceira espécie de direitos humanos: direitos de fraternidade ou de solidariedade .....	538
3.1	Direitos difusos e coletivos .....	539
3.2	Direito à paz .....	540
3.3	Direito ambiental .....	543
3.4	Direito do consumidor .....	551

3.5	Direito à probidade administrativa .....	553
4	Sinopse do capítulo .....	557
»	<b>Capítulo IV – INSTRUMENTOS E MECANISMOS NACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>583</b>
1	Política nacional de direitos humanos .....	585
1.1	Programas nacionais de direitos humanos .....	586
1.1.1	Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1) .....	587
1.1.2	Segundo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2) .....	588
1.1.3	Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) .....	588
1.1.4	Alterações do PNDH-3 .....	593
1.2	Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Lei nº 12.986/2014 .....	593
2	Tutela individual na promoção dos direitos humanos .....	599
2.1	<i>Habeas corpus</i> .....	599
2.1.1	Surgimento .....	600
2.1.2	Natureza jurídica .....	600
2.1.3	Espécies .....	601
2.1.4	Legitimidade ativa .....	603
2.1.5	Legitimidade passiva .....	605
2.1.6	Hipóteses de coação ilegal .....	605
2.1.7	Competência para apreciação .....	606
2.1.8	Procedimento .....	606
2.1.9	Algumas considerações finais .....	607
2.2	Mandado de segurança individual .....	609
2.2.1	Surgimento .....	609
2.2.2	Natureza jurídica .....	610
2.2.3	Espécies .....	611
2.2.4	Legitimidade ativa .....	611
2.2.5	Legitimidade passiva .....	612
2.2.6	Competência .....	613
2.2.7	Procedimento .....	613
2.2.8	Algumas considerações finais .....	614
2.3	Mandado de injunção individual .....	615
2.3.1	Surgimento .....	615
2.3.2	Natureza jurídica .....	617
2.3.3	Legitimidade ativa .....	620
2.3.4	Legitimidade passiva .....	621
2.3.5	Competência .....	621
2.3.6	Procedimento .....	622
2.3.7	Diferença do mandado de injunção para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	623
2.3.8	Efeitos da decisão concedida em sede de mandado de injunção ....	623

2.3.9	Algumas considerações finais .....	627
2.4	<i>Habeas data</i> .....	627
2.4.1	Surgimento .....	627
2.4.2	Natureza jurídica .....	628
2.4.3	Legitimidade ativa .....	629
2.4.4	Legitimidade passiva .....	629
2.4.5	Competência .....	629
2.4.6	Procedimento .....	630
2.4.7	Algumas considerações finais .....	630
2.5	Ação popular .....	631
2.5.1	Surgimento .....	631
2.5.2	Natureza jurídica .....	632
2.5.3	Legitimidade ativa .....	632
2.5.4	Legitimidade passiva .....	633
2.5.5	Competência .....	633
2.5.6	Controle do mérito do ato administrativo por meio da ação popular .....	634
2.5.7	Art. 18, da “Lei da Ação Popular” .....	636
2.5.8	Algumas considerações finais .....	637
3	Tutela coletiva na promoção dos direitos humanos .....	637
3.1	Ação Civil Pública .....	639
3.1.1	Considerações iniciais .....	639
3.1.2	A ação civil pública e o microsistema processual coletivo .....	640
3.1.3	Hipóteses de cabimento .....	641
3.1.4	Hipóteses de não cabimento da ação civil pública .....	641
3.1.5	Objeto .....	642
3.1.6	Competência .....	642
3.1.7	Legitimidade ativa .....	643
3.1.8	Legitimidade passiva .....	646
3.1.9	Possibilidade de utilização da ação civil pública como meio de controle difuso de constitucionalidade e como meio de controle de políticas públicas .....	646
3.1.10	Art. 16, da “Lei da Ação Civil Pública” .....	646
3.1.11	Algumas considerações finais .....	648
3.2	Mandado de segurança coletivo .....	649
3.2.1	Considerações gerais .....	649
3.2.2	Natureza jurídica .....	650
3.2.3	Objeto .....	650
3.2.4	Regras do mandado de segurança individual .....	652
3.2.5	Legitimidade ativa dos partidos políticos .....	652
3.2.6	Legitimidade ativa das organizações sindicais, entidades de classe ou associação .....	652

3.2.7	Legitimidade ativa do Ministério Público e da Defensoria Pública .....	653
3.2.8	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo .....	653
3.2.9	Algumas considerações finais .....	653
3.3	Mandado de injunção coletivo .....	654
3.3.1	Considerações gerais e regras do mandado de injunção individual .....	654
3.3.2	Legitimidade ativa .....	655
3.3.3	Coisa julgada no mandado de injunção coletivo .....	655
3.3.4	Algumas considerações finais .....	656
4	Outros mecanismos nacionais de proteção aos direitos humanos .....	657
4.1	Incidente de deslocamento de competência .....	657
4.1.1	O temor da responsabilização do Estado brasileiro perante organismos internacionais de proteção aos direitos humanos .....	658
4.1.2	Significado das expressões “grave violação de direitos humanos” e “em qualquer fase do inquérito ou processo” .....	659
4.1.3	Da excepcionalidade do IDC: critérios para que haja deslocamento .....	659
4.2	Comissão Nacional da Verdade .....	661
4.2.1	Composição .....	662
4.2.2	Objetivos .....	662
4.2.3	Duração .....	663
4.2.4	Relatório da Comissão Nacional da Verdade .....	664
4.2.5	Conclusões da CNV .....	668
4.2.6	Recomendações da CNV: 29 medidas .....	669
4.2.6.1	Medidas institucionais .....	669
4.2.6.2	Reformas constitucionais e legais .....	672
4.2.6.3	Medidas de seguimento das ações e recomendações da CNV .....	673
4.2.7	Legado deixado pela CNV .....	674
4.3	Ministério Público e direitos humanos .....	675
4.3.1	Funções institucionais .....	676
4.3.2	Investigação pelo Ministério Público .....	677
4.3.3	Outras formas de atuação na defesa dos direitos humanos .....	678
4.4	Defensoria Pública e direitos humanos .....	679
4.4.1	No Brasil: art. 98, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....	680
4.4.2	No sistema interamericano: Defensor público interamericano .....	680
5	Sinopse do capítulo .....	681
» <b>Capítulo V – JUSTIÇA INTERNACIONAL E SISTEMAS GLOBAL E REGIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS</b> .....		<b>691</b>

1	Introdução à justiça internacional dos direitos humanos .....	692
1.1	Direito Internacional dos Direitos Humanos .....	692
1.2	Violação de direitos humanos e responsabilidade internacional do Estado .....	695
1.3	<i>Responsibility to Protect</i> – R2P .....	698
1.4	Mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos direitos humanos .....	699
1.5	Empresas e direitos humanos: a possibilidade de extensão da responsabilidade internacional .....	700
1.5.1	Caso Shell e a invocação do <i>Alien Tort Claims Act</i> (ATCA) ....	701
1.5.2	Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos ..	702
1.5.3	Draft de Tratado Internacional Regulatório das Atividades de Empresas Transnacionais e de outras Empresas do Mercado no Direito Internacional dos Direitos Humanos .....	705
1.6	Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados e noções mínimas de direito internacional .....	706
1.6.1	Tratados e sujeitos de direito internacional .....	707
1.6.2	Solução de conflitos .....	708
1.6.3	Manifestação do consentimento .....	709
1.6.4	Plenos poderes .....	709
1.6.5	Reserva .....	710
1.6.6	Vigência .....	711
1.6.7	Emenda e Modificação de Tratados .....	711
1.6.8	Nulidade, Extinção e Suspensão da Execução de Tratados .....	711
1.6.9	Depositários, Notificações, Correções e Registro .....	712
2	Sistema africano de direitos humanos .....	713
2.1	Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos .....	714
2.2	Protocolo à CADHP para estabelecimento da Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos .....	716
3	Sistema islamo-árabe de direitos humanos .....	717
4	Sistema europeu de direitos humanos .....	719
4.1	Conselho da Europa .....	719
4.2	Convenção Europeia dos Direitos do Homem .....	721
4.3	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem .....	722
4.3.1	Competência .....	723
4.3.2	Composição .....	723
4.3.3	Legitimidade ativa .....	723
4.3.4	Condições de admissibilidade .....	723
4.3.5	Arquivamento e desarquivamento .....	724
4.3.6	Processo .....	724
4.3.7	Contraditório e produção de provas .....	725
4.3.8	Competência consultiva .....	726

5	Sistema interamericano de direitos humanos .....	726
5.1	Sistema da Organização dos Estados Americanos – OEA .....	726
5.1.1	Estrutura e Funcionamento .....	726
5.1.1.1	Assembleia Geral .....	727
5.1.1.2	Da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores .....	727
5.1.1.3	Dos Conselhos .....	728
5.1.1.4	Da Comissão Jurídica Interamericana .....	728
5.1.1.5	Da Comissão Interamericana de Direitos Humanos .....	728
5.1.1.6	Da Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	729
5.1.1.7	Da Secretaria-Geral .....	729
5.1.1.8	Das Conferências e Organismos Especializados .....	729
5.1.2	Competência e Documentos Produzidos .....	729
5.1.2.1	Áreas de atuação .....	730
5.1.2.2	Sistema convencional e extraconvencional .....	731
5.1.2.3	Pacto de São José da Costa Rica e sua posição jurídica no ordenamento brasileiro .....	731
5.2	Convenção Americana dos Direitos Humanos: aspectos materiais .....	732
5.2.1	Estrutura, Premissas e Estados-partes .....	732
5.2.2	Deveres estatais .....	734
5.2.3	Direitos civis e políticos .....	735
5.2.4	Progressão dos direitos econômicos, sociais e culturais .....	735
5.2.5	Suspensão de garantias .....	736
5.2.6	Cláusula federal .....	737
5.2.7	Interpretação e aplicação .....	737
5.2.8	Correlação entre direitos e deveres .....	738
5.3	Convenção Americana dos Direitos Humanos: aspectos formais – meios de proteção .....	738
5.3.1	Comissão Interamericana de Direitos Humanos .....	739
5.3.1.1	Origens .....	739
5.3.1.2	Composição .....	739
5.3.1.3	Funcionamento .....	740
5.3.1.4	Competência .....	740
5.3.1.5	Legitimidade ativa .....	741
5.3.1.6	Requisitos de admissibilidade .....	742
5.3.1.7	Processo .....	743
5.3.1.8	Relatórios de casos, medidas cautelares, relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão .....	745
5.3.1.9	Casos contra o Estado brasileiro perante o sistema Interamericano de Direitos Humanos: o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos .....	746
5.3.1.9.1	Casos contenciosos decididos e soluções amigáveis acordadas .....	746

---

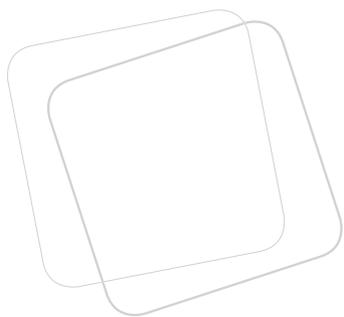
5.3.1.9.1.1	Caso José Pereira .....	746
5.3.1.9.1.2	Caso dos Meninos Castrados de Maranhão ..	748
5.3.1.9.1.3	Caso Aristeu Guida da Silva e família .....	751
5.3.1.9.1.4	Caso Antônio Ferreira Braga .....	756
5.3.1.9.1.5	Caso Wallace de Almeida	760
5.3.1.9.1.6	Caso Manoel Leal de Oliveira .....	765
5.3.1.9.1.7	Caso Sebastião Camargo Filho .....	768
5.3.1.9.1.8	Caso Simone André Diniz .....	771
5.3.1.9.1.9	Caso Jailton Neri da Fonseca .....	775
5.3.1.9.1.10	Caso Corumbiara .....	778
5.3.1.9.1.11	Caso Maria da Penha Maia Fernandes: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (“Lei Maria da Penha”) – origem e escopo .....	782
5.3.1.9.1.12	Casos Alúisio Cavalcante e outro, Clarival Xavier Coutrim, Celso Bonfim de Lima, Marcos Almeida Ferreira, Delton Gomes da Mota, Marcos de Assis Ruben, Wanderlei Galati e Carlos Eduardo Gomes Ribeiro .....	786
5.3.1.9.1.13	Caso Diniz Bento da Silva .....	795
5.3.1.9.1.14	Caso Carandiru .....	797
5.3.1.9.1.15	Caso Alonso Eugênio da Silva .....	802
5.3.1.9.1.16	Caso Marcos Aurélio de Oliveira .....	804
5.3.1.9.1.17	Caso Newton Coutinho Mendes .....	807
5.3.1.9.1.18	Caso Ovelário Tames .....	809
5.3.1.9.1.19	Caso João Canuto de Oliveira .....	812
5.3.1.9.1.20	Caso 42º Distrito Policial Parque São Lucas .....	814

	5.3.1.9.2	Casos brasileiros em trâmite .....	816
	5.3.1.9.3	Medidas cautelares fixadas .....	826
5.3.2		Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	827
	5.3.2.1	Composição .....	828
	5.3.2.2	Funcionamento .....	829
	5.3.2.3	Competência .....	829
	5.3.2.4	Legitimidade ativa .....	830
	5.3.2.5	Requisitos de admissibilidade .....	830
	5.3.2.6	Sentença .....	831
	5.3.2.7	Exequibilidade doméstica das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	832
	5.3.2.8	Casos contenciosos, medidas provisórias, supervisão de cumprimento e opiniões consultivas .....	833
	5.3.2.9	Casos contra o Estado brasileiro perante o sistema Interamericano de Direitos Humanos: jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	833
	5.3.2.9.1	Casos contenciosos julgados .....	834
		5.3.2.9.1.1 Casos sobre tratamento de presos .....	834
		5.3.2.9.1.2 Caso Ximenes Lopes .....	837
		5.3.2.9.1.3 Caso Nogueira de Carvalho e outros .....	842
		5.3.2.9.1.4 Caso Escher e outros .....	844
		5.3.2.9.1.5 Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) .....	849
		5.3.2.9.1.6 Caso Sétimo Garibaldi .....	856
		5.3.2.9.1.7 Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde .....	861
		5.3.2.9.1.8 Caso Favela Nova Brasília ..	870
		5.3.2.9.1.9 Caso Povo Indígena Xucuru .....	879
		5.3.2.9.1.10 Caso Herzog e outros .....	886
	5.3.2.9.2	Casos brasileiros em trâmite .....	898
	5.3.2.9.3	Medidas cautelares fixadas .....	899
5.3.3		Disposições comuns à Corte e à Comissão .....	899
5.3.4		Organismos especializados .....	900
	5.3.4.1	Comissão Interamericana de Mulheres .....	900
	5.3.4.2	Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência .....	901
6		Sistema global de direitos humanos .....	902

---

6.1	Sistema da Organização das Nações Unidas – ONU .....	902
6.1.1	Igualdade entre os membros .....	902
6.1.2	Estrutura .....	903
6.1.2.1	Assembleia Geral .....	903
6.1.2.2	Conselho de Segurança .....	904
6.1.2.3	Conselho Econômico e Social .....	906
6.1.2.4	Conselho de Tutela .....	906
6.1.2.5	Corte Internacional de Justiça .....	907
6.1.2.6	Secretariado .....	907
6.1.3	Competência: proteção de direitos humanos .....	907
6.1.4	Sistema convencional e extraconvencional .....	909
6.2	Corte Internacional de Justiça .....	911
6.2.1	Histórico .....	911
6.2.2	Aspectos gerais .....	912
6.2.3	Composição .....	912
6.2.4	Competência .....	914
6.2.5	Processo .....	915
6.2.6	Casos brasileiros .....	916
6.3	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos .....	916
6.3.1	Histórico, localização e custeio .....	916
6.3.2	Composição e competência .....	917
6.3.3	Mecanismos e atuação .....	918
6.4	Comitê de Direitos Humanos .....	919
6.4.1	Composição e eleição .....	920
6.4.2	Relatórios gerais .....	920
6.4.3	Recebimento de denúncias .....	921
6.4.4	Denúncias por particulares e o protocolo facultativo ao PIDCP .....	922
6.5	Conselho de Direitos Humanos .....	924
6.5.1	Funcionamento, finalidade e objetivo .....	924
6.5.2	Composição e eleição .....	924
6.5.3	Mecanismos e procedimentos .....	925
6.5.4	Recebimento de reclamação .....	925
6.5.5	Procedimentos especiais: Resolução nº 1.235/1967 e Resolução nº 1.503/1970 .....	926
6.6	Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais .....	928
6.6.1	Composição e eleição .....	928
6.6.2	Competências .....	929
6.6.3	Relatórios gerais .....	930
6.6.4	Recebimento de denúncias .....	930
6.6.5	Instauração de inquéritos .....	932

6.7	Organismos especializados .....	932
6.7.1	Comitê contra a Tortura .....	933
6.7.1.1	Composição e eleição .....	933
6.7.1.2	Relatórios gerais .....	933
6.7.1.3	Recebimento de Comunicações .....	934
6.7.1.4	Protocolo Facultativo à Convenção: Subcomitê de Prevenção e sistema de visita .....	935
6.7.2	Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher .....	937
6.7.2.1	Composição e eleição .....	937
6.7.2.2	Relatórios gerais .....	938
6.7.2.3	Recebimento de Comunicações .....	938
6.7.3	Comitê para os Direitos da Criança .....	941
6.7.3.1	Composição e eleição .....	941
6.7.3.2	Relatórios gerais .....	941
6.7.3.3	Medidas de efetivação .....	942
6.7.3.4	Recebimento de Comunicações .....	942
6.7.4	Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência .....	943
6.7.4.1	Composição e eleição .....	944
6.7.4.2	Relatórios gerais .....	944
6.7.4.3	Medidas de efetivação .....	945
6.7.4.4	Recebimento de Comunicações .....	946
6.7.5	Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial .....	947
6.7.5.1	Composição e eleição .....	947
6.7.5.2	Relatórios gerais .....	948
6.7.5.3	Recebimento de Comunicações .....	948
6.7.6	Comitê contra o Desaparecimento Forçado .....	951
6.7.6.1	Composição e eleição .....	951
6.7.6.2	Relatórios gerais .....	951
6.7.6.3	Recebimento de Comunicações .....	952
6.8	Tribunal Penal Internacional .....	953
6.8.1	Histórico .....	953
6.8.2	Finalidade e situação jurídica .....	955
6.8.3	Composição .....	956
6.8.4	Estados-partes .....	957
6.8.5	Competência .....	958
6.8.6	Normativa aplicável e princípios penais .....	961
6.8.7	Processo e julgamento .....	962
7	Sinopse do capítulo .....	964
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>981</b>



# ÍNDICE DE PERGUNTAS

## CAPÍTULO I

---

- Quais as *semelhanças e diferenças* entre os direitos fundamentais e os direitos humanos? ..... 51
- Quais as principais vertentes de proteção dos direitos humanos? Quais são suas principais características? ..... 53
- A pretensão do direito humanitário é a de “*humanizar a guerra*”. Mas, será que isso é possível? ..... 57
- Quais são as vertentes do Direito Humanitário? ..... 57
- Quais os princípios que regem a atuação da Cruz Vermelha? ..... 58
- Quais os principais documentos de proteção do direito humanitário? ..... 58
- A quais situações o direito humanitário se aplica? ..... 61
- O *que* são, e *quais* são as principais características dos direitos humanos? Os direitos humanos se restringem ao ambiente jurídico? ..... 69
- A proteção prioritária a determinados grupos fere a característica da universalidade dos direitos humanos? ..... 72
- Os direitos humanos podem ser extensíveis aos entes não humanos? ..... 72
- Os direitos humanos podem ser aplicados ao nascituro? ..... 74
- Quais os parâmetros para a irrenunciabilidade dos direitos humanos? E a hipótese de programas televisivos que satirizam condições peculiares de alguns seres humanos? O que é o “*caso do arremesso de anões*”? ..... 75
- Qual a importância da descentralização dos sistemas de proteção dos direitos humanos? ..... 77
- Sob quais aspectos pode ser vista a resolução de colisões entre direitos humanos fundamentais? ..... 83
- Qual a importância da relação entre direitos e deveres no campo dos direitos humanos? ..... 84
- Em que casos é possível suspender direitos humanos? ..... 89

➤ Como é aplicado e o que abrange o princípio da primazia da norma mais favorável? .....	97
➤ O que é a teoria da margem de apreciação? .....	98
➤ É possível que um tratado de direitos humanos anterior à Emenda Constitucional nº 45/2004 adquira caráter constitucional? .....	104
➤ Por qual motivo, o nome “controle de <i>convencionalidade</i> ”? .....	114
➤ A Lei da Anistia é inconvençional? .....	116
➤ O crime de desacato (art. 331, Código Penal), é inconvençional? .....	120
➤ O que são as eficácias <i>vertical</i> , <i>horizontal</i> e <i>diagonal</i> dos direitos humanos? Quais as teorias existentes acerca da eficácia horizontal? .....	123
➤ Mas o que foi, afinal, o “ <i>caso Lüth</i> ”? .....	132
➤ Quais as diferenças de densidades normativas entre as normas de direitos humanos e as normas de direitos fundamentais? E entre as normas de direitos humanos em si? .....	133
➤ Quais fundamentos podem ser associados à dignidade da pessoa humana? ....	137
➤ Como razoabilidade e proporcionalidade aparecem na nova hermenêutica constitucional? .....	143
➤ Quais as <i>semelhanças</i> entre razoabilidade e proporcionalidade? .....	144
➤ Quais as <i>diferenças</i> entre razoabilidade e proporcionalidade? .....	146

## CAPÍTULO II

➤ Qual registro filosófico da lei natural foi feito na tragédia <i>Antígona</i> ? Como isto influenciou a concepção de direitos humanos? .....	172
➤ Como a concepção de <i>justiça</i> aparecia na civilização grega? .....	174
➤ Qual a essência das regras da eterna justiça afirmadas por Cícero? .....	176
➤ Há influência do cristianismo nos direitos humanos? Ademais, lei divina, lei natural e lei humana se associam em que termos na filosofia de Santo Tomás de Aquino? .....	178
➤ Pode-se afirmar que houve um rompimento nas concepções de justiça e lei natural a partir do Renascimento e do Iluminismo? Por quê? .....	181
➤ Em termos de importância prática para a internacionalização dos direitos humanos, em que se diferenciam as Revoluções Francesa e Americana? Qual a principal contribuição de ambos movimentos? .....	189
➤ A Revolução Industrial foi o estopim para a afirmação de quais espécies de direitos humanos? .....	193
➤ Quais os principais precedentes históricos do processo de internacionalização e universalização dos direitos humanos? Quer dizer, quais eventos marcaram as raízes deste movimento? .....	195
➤ Em que aspecto o positivismo influenciou na ascensão dos regimes totalitários? .....	200
➤ Como se deu a releitura da lei natural após as graves consequências da Segunda Guerra Mundial? .....	204

- O Tribunal de Nuremberg pode ser considerado um tribunal de exceção? Ele foi válido? ..... 212
- Qual o valor normativo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948? Como ela influenciou – e influencia – na elaboração dos documentos internacionais de proteção dos direitos humanos? ..... 214
- A origem dos direitos humanos é contratualista ou jusnaturalista? ..... 216
- Qual a relação entre a afirmação internacional dos direitos humanos e a institucionalização dos direitos e garantias fundamentais no Brasil, pela Constituição de 1988? Quais fatores históricos nacionais levaram a uma estruturação nestes moldes? ..... 217

### CAPÍTULO III

- Qual o duplo aspecto do direito à vida? ..... 232
- Em que aspectos a Convenção Americana sobre Direitos Humanos amplia as restrições quanto à pena de morte em comparação ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da ONU? ..... 234
- O que são os crimes graves aos quais pode ser aplicada a pena de morte, segundo as Nações Unidas? ..... 236
- Como ficam as questões pertinentes à eutanásia no âmbito brasileiro? ..... 241
- As pesquisas com células-tronco embrionárias e o aborto do feto anencefálico, temas trabalhados pela jurisprudência pátria, afrontam o direito ao nascimento com vida? ..... 244
- Nos termos da Declaração da ONU sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes que gera a vedação à tortura, há situações nas quais a tortura pode ser aceita? ..... 246
- Quanto à normativa específica de vedação à tortura, em que pontos a Convenção da ONU contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes amplia a proteção da Declaração da ONU? ..... 247
- Em que se diferencia o tratamento da tortura do âmbito internacional para o âmbito interamericano pela Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura? ..... 250
- Qual a normativa brasileira que merece maior destaque quanto à vedação da tortura? ..... 252
- Qual a importância da dignidade humana como princípio fundamental (art. 1º, III, CF), no âmbito interno? ..... 254
- Por que a liberdade de pensamento é corolário das demais dimensões da liberdade? ..... 256
- Qual o papel das relatorias para a liberdade de expressão? ..... 260
- Ato contínuo ao estudo jurisprudencial interamericano, como se protege a liberdade de expressão no âmbito brasileiro? ..... 261
- Dentro da liberdade de informação, o que é o *direito ao esquecimento*? ..... 267
- Em que consiste a disciplina da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados? ..... 273

- Como fica a utilização de símbolos religiosos em locais públicos? ..... 283
- Qual a diferença entre servidão e escravidão? ..... 290
- O que prevê a normativa específica sobre a abolição da escravidão no âmbito internacional? ..... 291
- O que disciplinam os protocolos à Convenção das Nações Unidas relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea e contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças? ..... 294
- Mas o que são, afinal, as ações afirmativas, pensando-as pela ótica do direito interno? Quais são seus argumentos *favoráveis* e *contrários*? Qual o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre elas? ..... 304
- Quais os principais documentos internacionais voltados à proteção da mulher? .... 306
- Quais as principais medidas recomendadas pela ONU em sua Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres? ..... 307
- Por que a Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher é um dos documentos internacionais que mais sofrem reservas pelos países-membros da organização? ..... 308
- Qual a maior vitória no campo dos direitos humanos em relação à proteção das mulheres para o Brasil? ..... 312
- Qual a diretriz principiológica da Declaração da ONU dos Direitos da Criança? ..... 316
- Quem é criança para fins da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança? ..... 316
- Sobre o que versam os protocolos à Convenção sobre os Direitos da Criança? ..... 317
- Qual a importância conferida pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente à garantia dos direitos humanos da criança? ..... 321
- Por quais fases passou o desenvolvimento da proteção da pessoa com deficiência? ..... 327
- Em que pontos o conteúdo da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência é menos complexo que o da respectiva Convenção nas Nações Unidas? ..... 333
- E no âmbito pátrio, como se dá a proteção à pessoa com deficiência? ..... 334
- Há normativa internacional específica de proteção aos idosos? ..... 335
- Em quais categorias se dividem os Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas? ..... 336
- Quais proteções especiais são conferidas no Brasil pelo artigo 3º do Estatuto do Idoso? ..... 338
- Qual documento deixa claro que a proteção dos indígenas no plano dos direitos humanos é necessária em prol da preservação cultural? ..... 340
- Em que pontos a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial amplia a proteção fornecida pela respectiva Declaração? ..... 354

- Existem tratados internacionais ratificados pelo Brasil que endereçam de forma específica as práticas de *apartheid*? ..... 358
- E no âmbito brasileiro, qual normativa merece destaque no que tange ao combate à discriminação e ao preconceito racial e étnico? ..... 361
- O direito à segurança pode ser visto como direito fundamental individual sob qual aspecto? ..... 366
- Quando são cumpridas as funções sociais das propriedades *urbana e rural*? .. 368
- O que é o direito de propriedade intelectual e em quais espécies ele se subdivide? ..... 372
- Qual o limite entre a violação da privacidade em relação ao que se caracterizaria exercício regular de direito por parte do agente interventor? ..... 376
- Dentro do direito à privacidade, o que é a “*Teoria das Esferas*”? ..... 377
- Para finalizar, no âmbito pátrio, no que consiste a “Lei Geral de Proteção de Dados”? ..... 377
- O que representa o direito de resposta no campo dos direitos humanos? ..... 385
- E no Brasil, qual a normativa pertinente ao direito de resposta? ..... 385
- Qual o conteúdo dos Princípios de Brasília adotados pela Cúpula Judicial Ibero-Americana sobre Acesso à Justiça? ..... 389
- Quais as subvertentes do acesso à justiça previstas na Lei Maior pátria? ..... 390
- Qual a finalidade das Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos? ..... 394
- Qual a principal consequência da prisão arbitrária? ..... 398
- Pelas normas de direitos humanos, quando a lei penal pode retroagir? ..... 402
- Quais as medidas benéficas previstas nas Regras Mínimas em decorrência do princípio da presunção de inocência? ..... 404
- Como se dá a individualização da pena e do tratamento dos reclusos pelas Regras Mínimas? ..... 408
- Em que consiste a vedação ao juízo ou tribunal de exceção? ..... 410
- Quais as semelhanças e as diferenças entre contraditório e ampla defesa? ..... 412
- Em quais categorias se divide o tratamento especial e em separado dos detidos? Quais as principais nuances destas categorias? ..... 416
- Qual o sentido, nas normas internacionais de direitos humanos, do tratamento digno quando da restrição da liberdade? ..... 421
- No âmbito brasileiro, dentro dessa ideia de tratamento digno quando da restrição da liberdade, no que consiste a tese do “*Estado de Coisas Inconstitucional*”? ... 425
- O que é a audiência de custódia? Quais são seus desdobramentos e problemas iniciais? ..... 430
- Qual a relação entre a audiência de custódia e o Conselho Nacional de Justiça? ... 432
- Qual o papel do Poder Judiciário brasileiro no processo de implementação do direito humano à audiência de custódia? ..... 433
- O que é o direito de asilo? Qual documento das Nações Unidas cuida especificamente dos direitos dos refugiados? ..... 438

- Qual órgão do sistema internacional de direitos humanos cuida da proteção dos refugiados? Como ele atua? ..... 441
- E no ordenamento brasileiro, como fica a proteção da questão do asilo e dos refugiados? ..... 442
- E se a criança nascida no Brasil é, exemplificativamente, filha de poloneses que estão a serviço do governo da Itália, será considerada brasileira nata pelo critério territorial? ..... 452
- E se o indivíduo é filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, nasceu no exterior, não foi registrado em repartição competente, e continua vivendo no exterior? ..... 453
- E se o indivíduo é filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, nasceu no exterior, não foi registrado em repartição competente, e vem a residir na República Federativa do Brasil antes de atingida a maioridade? ..... 454
- As hipóteses de naturalização ordinária se resumem àquelas previstas constitucionalmente? ..... 458
- Mas, na “quase nacionalidade”, o português é equiparado ao brasileiro nato ou ao naturalizado? ..... 460
- Um brasileiro nato que passe por perda-voluntária de nacionalidade (art. 12, § 4º, II, primeira parte, CF), se quiser readquirir, posteriormente, a nacionalidade brasileira (visto que isso é possível), voltará a ser brasileiro nato, ou passará a ser brasileiro naturalizado? Em outros termos, é possível que um brasileiro nato se torne brasileiro naturalizado? ..... 462
- Quais são os princípios aplicáveis à extradição? ..... 465
- Qual a diferença entre deportação e repatriação? ..... 468
- Como a ideia de autodeterminação converge com a de cooperação econômica internacional? ..... 473
- Qual a natureza da Carta Democrática Interamericana e qual seu objeto central de discussão? ..... 476
- Qual a principal diferença entre direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais? ..... 483
- Qual o grande entrave à implementação dos direitos sociais, econômicos e culturais? ..... 484
- Qual o órgão próprio das Nações Unidas voltado à proteção dos direitos humanos na área da educação? ..... 492
- Qual organismo das Nações Unidas é o responsável pela busca de proteção do direito à saúde? Quais são as prioridades e objetivos dele? ..... 498
- Com base nisso, qual a principal diferença entre o direito social à segurança e os direitos sociais à saúde e à educação? ..... 507
- Qual a postura esperada da polícia em relação aos direitos humanos, consolidando o corolário da cidadania? ..... 507
- Quais regulamentações abordam o abuso de autoridade no campo dos direitos humanos internacionalizados? Como devem agir os funcionários responsáveis pela aplicação da lei? ..... 512
- Qual a abordagem no campo dos direitos humanos em relação ao uso de armas de fogo pelos responsáveis por aplicar a lei? ..... 513

➤ A que remete a expressão conglobada “condições justas e favoráveis” de trabalho? .....	527
➤ Qual delineamento pode ser atribuído ao conceito de meio ambiente do trabalho pelas normas de direitos humanos? .....	531
➤ Qual o principal objeto de discussão na Conferência de Estocolmo que culminou na <i>Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano</i> ? .....	545
➤ Dentro do direito ambiental dos direitos humanos, o que foi o “ <i>Relatório Brundtland</i> ”? .....	546
➤ Quais documentos foram elaborados na Rio/92? .....	546
➤ Quais informações podem ser extraídas da leitura do art. 225, caput, da Constituição pátria? .....	549

## CAPÍTULO IV

➤ O que é a política nacional de direitos humanos? .....	585
➤ Sobre quais direitos prioritariamente se concentra o Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos? .....	587
➤ Sobre quais direitos prioritariamente se concentra o Segundo Programa Nacional de Direitos Humanos? .....	588
➤ Qual o objetivo do PNDH-3? Quais são seus eixos orientadores? .....	588
➤ Ato contínuo, convém indagar: tendo em vista a possibilidade do manejo de mandado de segurança coletivo e mandado de injunção coletivo (assuntos que serão oportunamente estudados), seria possível falar em um habeas corpus coletivo ou multitudinário? .....	601
➤ É possível impetrar <i>habeas corpus</i> em favor de um animal? .....	604
➤ Qual a amplitude do art. 142, § 2º, da Constituição Federal? .....	605
➤ Onde surgiu o mandado de injunção? .....	615
➤ Mas o que é, afinal, a <i>aplicabilidade</i> das normas constitucionais? .....	618
➤ Qual a <i>natureza</i> da decisão concedida em sede de mandado de injunção? Como fica a questão com a Lei nº 13.300/2016? .....	623
➤ Seria possível a legitimação superveniente dos herdeiros do interessado no <i>habeas data</i> em caso de falecimento deste? .....	629
➤ A ação popular pode ser considerada um mecanismo de soberania popular? ..	632
➤ O Ministério Público tem legitimidade ativa para o manejo de ação popular? ..	633
➤ É possível o controle do mérito do ato administrativo por meio de ação popular? .....	634
➤ Como “nasceu” e se desenvolveu o processo coletivo no Brasil? .....	638
➤ A ação civil pública é <i>sinônimo</i> de ação coletiva? .....	639
➤ É possível a utilização do mandado de segurança coletivo para a defesa de direitos/interesses difusos? .....	650
➤ Mas qual o significado de direito ou interesse difuso, afinal? .....	650
➤ E qual o significado de direito ou interesse coletivo em sentido estrito? .....	651

- E qual o significado de direito ou interesse individual homogêneo, por fim? . 651
- Quais os requisitos para que haja incidente de deslocamento de competência? ..... 660
- Qual o legado deixado pela Comissão Nacional da Verdade? ..... 674

## CAPÍTULO V

---

- Os tratados de proteção dos direitos humanos podem ser equiparados aos tratados multilaterais clássicos? ..... 696
- Em que consiste a “*Responsibility to Protect*”? ..... 698
- O que são mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos direitos humanos? ..... 699
- Qual a organização regional no sistema africano? Em que documento se baseia? Seu sistema pode ser considerado efetivo? ..... 713
- Quais as regras para funcionamento da Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos? ..... 716
- Quais as principais barreiras para a efetivação de um sistema islamo-árabe de direitos humanos? ..... 717
- Qual o principal documento de proteção dos direitos humanos no âmbito europeu, qual órgão o aprovou e qual órgão ele instituiu? ..... 719
- A legitimidade do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem se estende a particulares ou é apenas de Estados-partes? ..... 723
- Quais países podem fazer parte da Organização dos Estados Americanos? Quais requisitos para tanto? ..... 726
- Como se estrutura a Organização dos Estados Americanos? ..... 727
- Como é composta e qual a atribuição da Assembleia Geral da OEA? ..... 727
- Quais são os Conselhos principais da OEA e o que eles podem fazer? ..... 728
- Para que fim servem as conferências e os organismos especializados da OEA? ..... 729
- Qual o fulcro de proteção dos direitos humanos na OEA e como ele interage com o da ONU? ..... 730
- Quais os principais deveres dos Estados signatários da Convenção Americana sobre Direitos Humanos? ..... 734
- Como são tratados os direitos econômicos, sociais e culturais na Convenção Americana sobre Direitos Humanos? ..... 735
- O que prevê a cláusula federal da Convenção Americana sobre Direitos Humanos? ..... 737
- Qual o aparato formal de monitoramento da Convenção Americana sobre Direitos Humanos? ..... 738
- Qual a composição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos? ..... 739
- Qual a competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos? ..... 740
- O que é o requisito do esgotamento dos recursos da jurisdição interna perante a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos? Quando ele é dispensado? . 742

- ▶ Para quais fins servem os relatórios de casos, as medidas cautelares, os relatórios anuais e a relatoria para a liberdade de expressão? ..... 745
- ▶ Quem pode dar início a um processo na Corte Interamericana de Direitos Humanos? ..... 830
- ▶ Quais os principais meios de controle da Comissão Interamericana de Mulheres e da Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência? ..... 900
- ▶ O que é o princípio da igualdade entre os membros na Organização das Nações Unidas? ..... 902
- ▶ Quem são os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas? Quantos são os facultativos? Sobre quais matérias este órgão delibera? ..... 904
- ▶ Qual a situação atual do Conselho de Tutela das Nações Unidas? ..... 907
- ▶ Por que a Corte Internacional de Justiça é o órgão mais importante em termos judiciais no sistema global de proteção? Qual a razão dela não ser tão eficaz quanto poderia? ..... 912
- ▶ Por que são tão raros os casos brasileiros que tramitaram perante a Corte Internacional de Justiça em matéria de direitos humanos? ..... 916
- ▶ Como é composto o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas? ..... 920
- ▶ Quais os requisitos para reconhecimento de denúncias pelo Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas? Qual o trâmite procedimental? ..... 921
- ▶ Cabem denúncias por particulares ao Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas? ..... 922
- ▶ O Brasil se sujeita à competência de apreciação de petições do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais? ..... 929
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê contra a Tortura das Nações Unidas? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? ..... 933
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? ..... 937
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê para os Direitos da Criança? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? ..... 941
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? ..... 943
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? ..... 947
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê contra o Desaparecimento Forçado? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? ..... 951

- Qual o principal diferencial do Tribunal Penal Internacional em relação aos demais órgãos do sistema global de proteção? ..... 955
- Quais crimes são julgados pelo Tribunal Penal Internacional? ..... 958